

Cuidado vigilante

Intervenção psicossocial com
famílias em situação de
maus-tratos e violência sexual

Marlene
Magnabosco Marra



EDITORA
ÁGORA

CUIDADO VIGILANTE

*Intervenção psicossocial com famílias em situação de
maus-tratos e violência sexual*

Copyright © 2020 by Marlene Magnabosco Marra
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Assistente editorial: **Michelle Neris**

Projeto gráfico: **Crayon Editorial**

Capa: **Alberto Mateus**

Imagem de capa: **Pezibear/Pixabay**

Diagramação: **Spress Diagramação & Design**

Editora Ágora

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7ª andar

05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

<http://www.editoraagora.com.br>

e-mail: agora@editoraagora.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO – Haim Omer	9
APRESENTAÇÃO – Marilene A. Grandesso	13
A RAZÃO DE SER DESTE LIVRO	19
INTRODUÇÃO	25
1. AUTORIDADE SEM VIOLÊNCIA: A PRESENÇA ASSERTIVA DOS PAIS E OS DESAFIOS DA PARENTALIDADE	35
2. AS ORIGENS DO PROTOCOLO DO CUIDADO VIGILANTE	41
Teoria da resistência não violenta ou resistência pacífica	43
Pensamento sistêmico	44
Construcionismo social	45
Método psicodramático	46

Um diálogo entre teoria e prática: articulando aportes teóricos	48
3. ADAPTAÇÃO DO CUIDADO VIGILANTE PARA O ATENDIMENTO A FAMÍLIAS QUE CONVIVEM COM MAUS-TRATOS E VIOLÊNCIA SEXUAL	57
4. A PROPOSTA METODOLÓGICA: O PROTOCOLO DO CUIDADO VIGILANTE	63
Procedimentos	67
Sessões e temas	69
Reflexões sobre a experiência	79
Adaptação a outras populações	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111

PREFÁCIO

Este livro de Marlene Marra apresenta o primeiro protocolo do cuidado vigilante para famílias vítimas de abuso sexual. Tal trabalho pioneiro constitui uma importante contribuição à prática segundo os métodos da resistência não violenta. As ideias desse protocolo surgiram em uma série de encontros entre mim e Marlene durante os meses que ela passou em Israel. Para mim, esses encontros foram uma aventura especial, tanto por me haverem propiciado um conhecimento mais direto desse tipo de violência quanto porque me aproximaram do ambiente brasileiro, o que me fazia uma falta profunda, pois vivo em Israel desde os 18 anos de idade. Assim, foi com grande prazer que recebi o convite para prefaciar este livro.

Na leitura, encontrei coisas que eu conhecia bem e outras totalmente novas para mim. Fiquei contente de ver como a ideia do apoio telefônico feito por estagiários foi utilizada nesse protocolo. Esse apoio, utilizado em Israel, não se

generalizou na aplicação da resistência não violenta em outros países. Para mim, esse é um elemento importante, porque cria um paralelo entre o nosso objetivo de aumentar a presença parental e o exemplo que damos de uma presença terapêutica constante. Os estagiários que telefonam às famílias semanalmente transmitem mensagens como “estamos aqui”, “pensamos em vocês”, “lembrem-se de nós”.

Fiquei emocionado quando li as mensagens e soube do presente simbólico dado pelas mães aos seus filhos: uma pulseira. Lembro-me de quando Marlene falou dessa manifestação muito especial de presença, que está lá, o tempo todo, no braço da criança.

Também gostei muito de ver quanto a nossa abordagem pode ganhar quando aliada ao psicodrama. A utilização de um ego auxiliar para aprofundar o diálogo e enfatizar as mensagens de presença é para mim um exemplo de integração terapêutica bastante convincente. Fiquei bastante satisfeito de ver a importância que esse protocolo confere à mobilização de apoiadores de fora da família nuclear.

Creio que a publicação deste livro será um bom ponto de partida para que os leitores em geral – e os profissionais brasileiros, em particular – comecem a conhecer nossa abordagem e suas aplicações não só com famílias vítimas de abuso sexual e maus-tratos, mas também com todos os outros problemas e tipos de violência que tratamos. Esta obra está sendo lançada em paralelo com o livro *Pais corajosos*, escrito por mim e por Heloisa Fleury e publicado pela Editora Ágora. Espero que os dois se promovam e se engrandecem mutuamente!

Cuidado vigilante

Agradeço a Marlene por ter-me dado a oportunidade de trabalhar com ela e também por ter-me ajudado a reencontrar o Brasil e o público brasileiro.

HAIM OMER
Tel Aviv, julho de 2020

APRESENTAÇÃO

Há uma fenda em tudo. É assim que a luz entra.

LEONARD COHEN

Poucos temas são tão desafiadores para famílias e profissionais como a violência e o abuso sexual, sobretudo quando praticados contra crianças e adolescentes. Cerceados pelo silêncio, pelo medo e pela vergonha, crianças e adolescentes submetidos a práticas abusivas, assim como suas famílias, que deveriam garantir-lhes proteção e cuidado, acabam vivendo sentimentos de impotência e imobilismo. Sem saber o que está acontecendo, o que fazer, como fazer, com medo das consequências de uma denúncia, as famílias que poderiam protegê-los e romper o ciclo de violência e abuso acabam por perpetuá-lo ao ocultar os atos e até mesmo o sofrimento.

A violência começa quando se encerra a palavra. Se as vítimas de violência perdem a voz e a vez, não há como tornar públicos os maus-tratos, de modo que elas se submetem a relações de poder que causam danos ao corpo e à alma. Quando crianças e adolescentes são diretamente atingidos, tal ocultação viola seus direitos básicos de cidadãos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

Quando ocultam os fatos e se isolam, as famílias deixam de respeitar e proteger os filhos e de lhes garantir um desenvolvimento saudável, em condições de segurança e afeto. O que atinge um familiar acaba por atingir toda a família de alguma forma.

Portanto, para combater as práticas abusivas, temos de ampliar o foco para incluir, além da própria criança e do adolescente, sua família e a dinâmica de suas relações. Assim, qualquer iniciativa precisa contar com a colaboração de diferentes esferas sociais. Da justiça à educação e à saúde, pressupõe-se uma ação conjunta que avalie a complexidade do fenômeno e otimize o alcance e a eficácia do cuidado e da prevenção.

Profissionais da área da saúde, como Marlene Marra e eu, no contato direto com crianças, adolescentes e famílias submetidos a violência e abuso, muitas vezes também sofrem o impacto dessa situação desafiadora, o que dificulta uma intervenção eficiente. É necessário ter um cuidado especial ao trabalhar com situações traumáticas para que crianças e adolescentes, ao entrar mais uma vez em contato com suas histórias de dor, não sofram novo trauma. Não é fácil para famílias, profissionais e crianças e adolescentes falar desses acontecimentos. É como se arrancássemos cascas de feridas. Marlene considera que, no Brasil, as crianças mandadas a instituições de saúde para tratar abusos sexuais não raro são atendidas muito tempo depois do ocorrido, o que as faz reviver histórias que prefeririam ver apagadas. A atuação nessa área exige a formação de equipes que trabalhem de forma organizada e harmônica, cuidando para não aumentar o sofrimento das vítimas e potencializando o alcance de ações que não teriam o mesmo efeito na solidão.

Com longa experiência como terapeuta familiar e psicodramatista e na área da violência e do abuso, na qual desenvolveu sua pesquisa de doutorado, Marlene Marra publica agora esta obra, em que apresenta seu programa de cuidado vigilante (CV), criado em parceria com Haim Omer.

Nas palavras da autora, cuidado vigilante é sinônimo de presença parental na vida dos filhos, construindo um caminho de conversas respeitosas e colaborativas para adentrar um terreno de difícil acesso. Ao favorecer a proximidade das relações e o diálogo, o CV previne a violência parental por abandono ou negligência. Por outro lado, ao promover relações assertivas mas respeitosas, oferece alternativas às ações de controle e autoritarismo dos pais, as quais muitas vezes perpetuam a violência.

O protocolo desenvolvido pela autora para a intervenção psicossocial contribui para o empoderamento de pais, mães, avós e outros adultos envolvidos no cuidado de crianças e adolescentes, colocando-os no centro da iniciativa – uma presença que, no exercício da autoridade, se põe a serviço da orientação e do desenvolvimento dos filhos.

Outra consideração importante é que o CV, metodologia singular e inédita, apresenta-se como um instrumento de amplo alcance, podendo ser útil para populações com múltiplas vulnerabilidades, em diversos contextos institucionais, inclusive públicos, conectando a ação terapêutica ao cotidiano da vida das famílias. Focado não nas perdas decorrentes do abuso, mas nos ganhos possíveis pela convivência familiar, o CV promove o fortalecimento de vínculos de intimidade e afeto nas relações entre pais e filhos, estendendo-se para as redes de apoio da família, tais como vizinhos e amigos.

Mais uma grande vantagem dessa proposta de ação psicossocial é caracterizar-se como uma intervenção grupal, reunindo dez famílias. As conversações em grupo permitem ampliar o horizonte de cada uma delas, na medida em que se dão conta de que aquilo que acontece com elas também ocorre em outras famílias. Na troca das experiências vividas, elas se tornam testemunhas externas e participam de uma espécie de cerimônia de definição do problema, momento que, conforme White (2007), acolhe e legitima narrativas de vida e de identidade. Por outro lado, ao incluir redes sociais significativas das pessoas atendidas, o CV aumenta a sustentabilidade das mudanças presentes durante a intervenção. Crianças e adolescentes, assim como suas famílias, não estão mais sós.

O coro de vozes de crianças e adolescentes, famílias, educadores, representantes do Judiciário e das comunidades, numa polifonia complexa, constrói o sentido das múltiplas narrativas presentes nas vivências de abusos e maus-tratos. A autora resalta a grande necessidade de ações viáveis e efetivas num país como o Brasil, em que os casos notificados desse tipo de violência contra crianças e adolescentes são alarmantes (Brasil, 2018).

Para terminar, gostaria de apresentar parte dos três primeiros artigos da declaração da Terapia Narrativa do Dulwich Centre (Austrália) sobre o direito de contar histórias. Sucintamente, eles declaram que:

1. toda pessoa tem o direito de que sua vida seja compreendida no contexto vivido por ela, nas suas relações com os outros;
2. toda pessoa tem o direito de convidar outras que lhe sejam importantes para ajudá-la a se recuperar dos efeitos do trauma;

3. toda pessoa tem o direito de se libertar de problemas causados por traumas e injustiças e internamente considerados uma deficiência pessoal.

A intervenção psicossocial desenvolvida por Marlene Marra e apresentada nesta obra atende a esses três artigos. Certamente, trata-se de uma publicação relevante, capaz de ajudar a todos os profissionais que trabalham com o desafio do abuso e da violência sexual e às famílias vitimadas. A forma clara e descritiva da autora, numa narrativa convidativa e de fácil leitura, traz contribuições relevantes para terapeutas, educadores, famílias – enfim, todos aqueles conscientes dos direitos humanos.

Termino agradecendo o convite para ler e prefaciar este livro. Foi um presente para mim. Certamente será um excelente instrumento para todos os interessados nessa temática desafiadora.

MARILENE A. GRANDESSO

Psicóloga, terapeuta comunitária, de família e de casais

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 30 set. 2020.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico*, v. 49, jun. 2018. Disponível em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.
- WHITE, M. *Maps of narrative practice*. Nova York: WW Norton, 2007.

A RAZÃO DE SER DESTE LIVRO

Contar histórias faz parte do meu trabalho, quer seja em minha atuação na comunidade, no consultório ou na minha vida privada. Embora nem todas as histórias sejam felizes, é muito importante relatar algo que está acontecendo e sugere evocações de fatos passados.

Essas histórias implicam mudanças internas que se convertem em possibilidade de novas ações. Gergen e Gergen (2010) nos dizem que as pessoas são as histórias que contam de si mesmas. E é o que está acontecendo comigo agora. Escrevo este livro logo após começar meu pós-doutorado, que fala da síntese de muitos anos de trabalho como psicóloga, e já me vêm muitas histórias. Quero contar uma que me faz muito feliz e realizada e narra como esta obra começou...

O ano de 2011 foi especial. Tive aulas semanais com um professor, o Malta, para treinar conversação em espanhol. Foi quando resolvemos falar de nossos sonhos e aspirações em relação à língua. Nessas conversas, surgiu o desejo conjunto de

fazermos um doutorado, e elas passaram a versar sobre esse assunto. Decidimos que um ajudaria o outro a fazer o projeto que seria apresentado para a seleção dos diferentes programas, que já estavam por acontecer. E assim fizemos. Escrevemos os projetos e discutimos nossas dificuldades e apreensões, enquanto comíamos pão com banana e queijo, a comida mais rápida que conseguíamos preparar. Nós dois fomos aprovados: eu, na Universidade de Brasília (UnB); ele, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A partir daí, quase não nos vimos mais, mas nos tornamos amigos de verdade. Foi assim que tudo começou.

Já na universidade, na entrevista de apresentação do meu projeto de seleção para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGpsiCC), reencontrei minha orientadora do mestrado, a professora Liana Fortunato Costa. Pedi-lhe que fosse novamente minha orientadora e em pouco tempo começamos a trabalhar juntas. Ela foi fantástica: acolheu todas as minhas inovações conforme os parâmetros da academia. Mas o resultado foi diferente de todo o esperado: não fiz nada do que havia combinado com meu amigo, assim como ele.

Na minha tese de doutorado, trabalhei e introduzi tantos elementos novos que, às vezes, nem eu mesma me reconhecia. Foram muitos desafios: a população com a qual trabalhei, o tema, a metodologia de trabalho e até a escolha de ir ou não a Israel fazer um “estágio-sanduíche” com meu co-orientador, o professor Haim Omer.

Mas as conquistas foram grandes. Ao final, na defesa da tese, consegui que compusessem minha banca meus dois

queridos professores Marilene Grandesso e Emerson Raser. Da tese também saiu um livro escrito por mim, *Conversas criativas e abuso sexual – Uma proposta para o atendimento psicossocial*, publicado pela Editora Ágora. Não faltava nada, tudo estava completo.

Em 2016, um ano depois da apresentação da minha tese, comecei a me inquietar novamente. Não queria me afastar da população com a qual trabalhara durante todo o doutorado. Como me afastar daqueles que tanto me haviam ensinado? Deixar para trás as famílias, as crianças e os adolescentes? Ficar no conforto de um título? Então, novamente me candidatei a um posto de pesquisadora colaboradora no PPGPsiCC. Nessa função, eu teria uma instituição forte e competente que me apoiaria em conhecimento e daria continuidade às minhas pesquisas. Comecei a trabalhar com um grupo de alunos interessado pelo estudo e pela pesquisa no tema da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Atualmente, permaneço pesquisando na UnB, dando aulas para o estágio clínico e a prática do psicólogo – uma experiência muito enriquecedora. Aliás, onde mais eu poderia prosseguir a experiência de pesquisa aproveitando a aprendizagem no doutorado? Onde poderia estar com as crianças e os adolescentes que sofreram ou sofrem violência?

Todo esse trabalho começou a ser mapeado em Israel, em meu estágio-sanduíche com Haim Omer, que trabalha com violência, comportamentos destrutivos – sobretudo de adolescentes – e a importância dos pais na vida dos filhos. Omer é o criador de uma metodologia de atenção a essas situações. Enquanto estava sob a orientação dele, pensamos nos possí-

veis passos de um protocolo para a aplicação do cuidado vigilante (CV) na minha volta ao Brasil. Aqui, fui construindo e adaptando aspectos para a criação desse protocolo, junto com a comunidade atendida, os técnicos do Centro de Especialidades para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica (Cepav) e os estagiários de psicologia clínica da UnB.

A proposta atraiu Lucy Mary Cavalcanti Ströher, assistente social que à época prestava assessoria técnica ao Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências (Nepav) da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal. Lucy me apresentou o Centro de Especialidades para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica (Cepav Girassol), localizado na região administrativa de Paranoá, que fica a 30 quilômetros do Plano Piloto. Começamos, eu e meus alunos, a trabalhar e passamos a aplicar o protocolo do cuidado vigilante já no ano de 2017, juntamente com a assistente social Isabella Telles Kahn Stephan e a psicóloga Ana Carolina dos Santos Fonseca Boquadi. Foram experiências ricas e importantes. Além de atender as famílias, alteramos o formato do protocolo para que fosse mais eficaz, considerando a realidade contextual das famílias. Em 2018 e 2019, iniciamos a aplicação do protocolo no Cepav Jasmim, que faz parte da Superintendência da Região de Saúde Central e funciona no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Dessa vez, o trabalho contou com a colaboração de Denise de Freitas Marreco, Neulabihan Mesquita e Silva Montenegro, Viviane Pereira Moraes, Monique Guerreiro de Moura, Roberta Maués e Denise Lima Moreira.

Cuidado vigilante

Agradeço a todos os personagens dessa história. Sem vocês, nada teria sido possível. Mas essa é uma história que mal começou. Ainda temos muito para contar.

MARLENE MAGNABOSCO MARRA

Brasília, julho de 2020

INTRODUÇÃO

Cuidado vigilante (CV) é sinônimo de presença parental. É como estar diante de um quebra-cabeça cujas peças para completar a imagem muitas vezes não são encontradas num primeiro momento. Nem sempre o mais importante é encontrar todas elas, mas sim dar permissão para que os jogadores se apropriem de suas falas. Nesse processo, articulando suas falas com as da família, eles encontram o sentido e o significado que conseguem suportar naquele momento. A cada novo deslocamento dessas peças, que ocorre ao longo da aplicação do protocolo, a família reflete sobre a experiência e cria novas possibilidades, com as quais surge uma sensação de organizar e agenciar a vida.

Pais paralisados não se cansam de explicar, ameaçar, exigir, culpar. Quase sempre sua fala interminável convence os filhos, mas nem mesmo eles creem haver algo além da palavra. A questão é como interromper sua voz externa e autoritária e ajudá-los a falar menos, com coerência, marcando uma presença afetiva e amorosa e redescobrando seus recursos internos.

Expandir e empoderar uma família com base em seus recursos potenciais, em um círculo mais amplo de cuidados parentais com crianças e adolescentes, consiste em diligenciar uma atenção aberta, firme e concreta dos sistemas mais amplos com os quais a família interage. Dilatar os acontecimentos significativos, a exploração das interações, a comunicação e o apoio familiar é de suma importância na prática, na coordenação e na organização dos arranjos de novos cuidados parentais de que o CV se ocupa. Trata-se de restabelecer a presença dos pais, considerando-os os principais agentes de mudança da criança e do adolescente. A principal meta do CV é colocá-los no centro da ação por meio da interação terapêutica que se estabelece nos trabalhos de grupo com as famílias e da aprendizagem de uma intervenção territorial básica, isto é, fazê-los ocupar seu lugar na família, direcionando os protestos dos filhos para algo pacífico.

A interação terapêutica é um fenômeno recíproco que possibilita às pessoas conversar a respeito de seus problemas e promover uma maneira diferente de falar, pensar e atuar em relação àquilo que incomoda. Essas conversações acabam por desconstruir algumas das verdades que as pessoas sustentam acerca de sua vida e de suas relações – verdades das quais elas muitas vezes se sentem prisioneiras (White, 2002), como em casos de abuso sexual e maus-tratos.

Esse tipo de violência contra crianças e adolescentes faz parte da cultura desde tempos imemoráveis. As explicações a essas questões mostram uma convergência entre pobreza, raça e gênero, que resulta em índices mais elevados de violência. Esta se mostra presente na vida cotidiana e na contemporaneidade, revelando a dimensão das relações sócio-históricas.

Esta obra aborda uma das modalidades do programa de cuidado vigilante – conversas construtivas e responsabilidade relacional em contextos de violência, desenvolvidas com as famílias daqueles que sofrem ou sofreram abuso sexual e maus-tratos –, descrevendo um protocolo que potencializa a intervenção em famílias que convivem com a violência. Caracteriza-se pelo esclarecimento da qualidade dos vínculos sociais estabelecidos entre pais e filhos e das consequências diretas e indiretas nos relacionamentos decorrentes. A interação terapêutica envolve todos os atingidos, uma vez que, ao trabalhar os vínculos relacionais, afloram as emoções, as percepções e o sofrimento de pai, mãe e filhos.

Os objetivos são: refletir sobre o CV, contrapondo-o à crença no poder educativo da violência; ajudar os pais a exercer uma autoridade fundada na proximidade, não no distanciamento; e estabelecer uma presença ativa e decidida diante de crianças e adolescentes. Busca-se apresentar, informar e criar a oportunidade de pais e filhos experimentarem uma conversação ampliada – isto é, ajudá-los a conhecer, reconhecer e ressignificar sua vivência com base em conversas espontâneas e inspiradoras, de modo que se apropriem de suas histórias. É assim que costumam surgir conversas que evitam a escalada da violência, que fere ainda mais a esperança e a alma desses jovens.

Essa modalidade deu origem à primeira experiência com o CV no Brasil, tanto academicamente quanto no atendimento a famílias. As demais experiências nasceram em decorrência da aplicação inicial.

As teorias que descrevem o comportamento humano serão sempre tão múltiplas quanto os pontos de vista a respeito dos se-

res humanos. A abordagem do cuidado vigilante propõe-se a resgatar a principal função dos pais, cuidadores e figuras proativas na vida dos filhos, de modo que exerçam uma autoridade baseada na presença, na atenção e na orientação aos filhos, bem como na percepção e no desenvolvimento do autocontrole, mantendo o respeito a si mesmos e sua legitimidade. Trata-se de uma perspectiva teórica e prática criada pelo professor Haim Omer (1997, 2004, 2011, 2017; Omer e Fleury, 2020a e b), da Universidade de Tel Aviv, em Israel – a qual, em atitude respeitosa e sensível ao sofrimento das famílias, mas também assertiva, explícita e decidida, evidencia os efeitos positivos do conhecimento dos pais sobre a vida dos filhos em situação de risco. A proposta resulta em confiança e diálogos com famílias que vivem afrontadas e amedrontadas com o comportamento autodestrutivo de seus filhos.

O método do CV reconhece que o fator da redução de risco não é o controle comportamental ou psicológico, mas a presença parental (Omer, 2004, 2011; Omer et al., 2013). Esse pressuposto rompe com a perspectiva linear e simplificada de parentalidade, qualificando a relação entre pais e filhos para reduzir os riscos de ações extremas, pois um monitoramento excessivo pode levar a comportamentos indesejados que implicam obediência cega e hierarquia inquestionável. Se a obediência é cega, perde-se o valor mais importante, que é a legitimidade dos pais e o reconhecimento de sua autoridade.

A pessoa que exerce uma autoridade positiva explica suas decisões e, assim, aumenta a probabilidade de elas serem aceitas e adotadas. Por outro lado, os pais autoritários não só não apresentam explicações como transformam essa atitude em marca de sua autoridade. A única explicação é “faça assim porque estou

mandando!” Eles pressupõem que a obediência, se não é cega, não é verdadeira. Essa forma de autoridade perdeu a legitimidade e não tem mais lugar na educação dos filhos.

Omer (2017) emprega a metáfora de que se deve “malhar o ferro quando ele está frio”, no sentido de que a autoridade precisa de tempo e oportunidade para ser exercida com eficiência. Isso quer dizer que os pais precisam refletir antes de chegar a uma escalada de violência, que destrói o relacionamento com os filhos. A questão é levar os filhos a aceitar a presença dos pais e sua influência, com o consequente desenvolvimento da autonomia consciente da criança e do adolescente.

A proposta original do CV foi adaptada diversas vezes para lidar, entre outros problemas, com mentiras, más companhias, violência de diferentes formas, evasão escolar, bebidas alcoólicas, drogas, sexo desprotegido e direção perigosa. Com base nas experiências aqui destacadas, este livro propõe uma nova abordagem para as famílias enfrentarem o abuso sexual e os maus-tratos, a qual não foi desenvolvida em Israel. Para executar essa experiência no Brasil, criou-se uma metodologia adaptada às características de uma população vulnerável do ponto de vista socioeconômico, para ser aplicada em instituições públicas, considerando o cotidiano das famílias.

Foram duas as perguntas norteadoras dessa proposta:

1. Como dar mais atenção não ao que a criança perdeu, mas ao que poderá ganhar com uma intervenção para uma nova convivência familiar?
2. Como buscar um novo acolhimento que estreite os laços familiares, de vizinhança e de grupos de amizade?

O protocolo não é rígido; vislumbra sempre uma prática profissional que encontre maneiras de ajudar pais e filhos a descobrir os próprios recursos emocionais e afetivos, em vez de impor soluções. Trata-se de um instrumento de aproximação entre pais e filhos, no sentido de desenvolver entre eles uma aliança terapêutica positiva e construtiva, convidando-os a exercer o diálogo e a construir uma relação mais amorosa, com atenção constante às atividades cotidianas e às situações de risco.

Cuidado parental vigilante é aquele que os pais conseguem oferecer ao identificar e conhecer os riscos potenciais a que seus filhos estão submetidos. O método parte do entendimento de que a prevenção do risco é mediada pela presença dos pais na mente da criança. Esse aspecto esclarece a provável eficiência de algumas ações que parecem insignificantes quando os pais não estão no mesmo local que a criança ou o adolescente. Para isso, essas imagens devem estar internalizadas nas relações entre pais e filhos.

O CV difere das tentativas comuns de monitoramento. Algumas condutas proativas – como conversar com os filhos, considerar seus questionamentos, verificar suas experiências rotineiras e entrar em contato com amigos, pais e professores – viabilizam um acompanhamento que se sustenta no diálogo (Marra, Omer e Costa, 2015).

Ao adentrar o campo das narrativas das famílias em situação de abuso sexual e maus-tratos, espera-se que os pais reencontrem seus papéis e funções na vida dos filhos e que estes se sintam pertencentes à vida familiar ao ressignificar as experiências de violência. O CV tem o compromisso de transformar a realidade dessas famílias de forma inclusiva, considerando a

magnitude dessa relevância social e a urgência de mudar a situação, minimizando seus sofrimentos e inquietações.

Outros objetivos podem ser considerados:

- dar resposta imediata a vários dilemas e incertezas presentes no contexto de violência e maus-tratos;
- partilhar e transformar situações de sofrimento e dificuldades interacionais em ações favoráveis e catalisadoras de saúde;
- desconstruir padrões violentos, criando instrumentos de aproximação nas relações familiares;
- ampliar a rede de apoio da família fortalecendo vínculos familiares.

O CV é um programa de treinamento parental que articula princípios e estratégias da resistência não violenta (Omer, 2011). A doutrina da resistência pacífica se ampliou no âmbito da luta sociopolítica, que teve como estratégia desenvolver grupos vítimas da opressão como meio de autodefesa e promover mudanças. Envolve uma transformação da base de poder do lado de quem resiste, por exemplo, aos comportamentos violentos e autodestrutivos de crianças e adolescentes e às reações dos pais quando entram em uma escalada de violência.

A resistência não violenta considera que as ações que impedem a violência contra os filhos fomentam valores éticos (Omer, 2011, 2017; Sharp, 1960). O objetivo da resistência pacífica é recuperar a posição dos pais e dos educadores por meio de atenção, determinação e decisão, sem violência ou conflito, mesmo que o comportamento da criança seja extremamente violento. A profunda diferença entre a presença parental e o uso

da força é um dos pilares centrais do programa e impede o aumento da violência (Omer, 2004, 2011, 2017).

O CV pretende restabelecer uma relação de confiança mútua, diálogo aberto e cooperação na qual o filho sinta que não é negligenciado, esquecido ou abandonado, e sim que os pais têm interesse em sua vida. Estes criam oportunidades para recuperar sua presença com envolvimento estreito e contínuo e atitudes flexíveis porém informadas, coordenadas e decididas. Além disso, buscam uma via que implique a disponibilidade de estar junto com os filhos, em contraposição ao monitoramento excessivo e aos extremos da superproteção e da negligência (Marra, Omer e Costa, 2015). Os pais se sentem mais seguros e em melhores condições de intervir quando necessário, enquanto os filhos passam a considerar legítima a intervenção deles, devido à relação mais próxima e à existência de acordos a respeito das dificuldades.

Desse modo, o CV impede que os filhos queiram excluir os pais de sua vida, por sentirem que a nova autoridade parental lhes dá uma presença física e mental e um sentimento de acompanhamento e companhia. É um modo de crianças e adolescentes internalizarem o cuidado dos pais e desenvolverem o autocuidado (Omer, 2004, 2011, 2017; Omer, Schorr-Sapir e Weinblatt, 2008).

Os pais se organizam alternando os níveis de atenção aberta, atenção focada e proteção ativa, de acordo com os sinais de alerta detectados. No nível de atenção aberta, eles primeiramente manifestam um interesse não intrusivo e afetuoso pelo filho, estabelecem contatos não inquisitivos e encorajam o diálogo franco com as pessoas que fazem parte do seu ambiente (professores,

amigos, outros pais). Se não surgirem sinais de alerta, os pais permanecem nesse nível, que é o mais próximo do diálogo e da revelação espontânea da sua presença (Omer, 1997, 2004, 2011, 2017; Omer, Schorr-Sapir e Weinblatt, 2008).

No entanto, se os sinais de alerta se tornam evidentes – mentiras, atraso escolar, amizades problemáticas, indícios de que o filho não está bem, entre outros –, os pais passam ao nível de atenção focada: começam a verificar e perguntar ao filho detalhes de suas atividades. Têm o cuidado especial de esclarecer e reafirmar regras que foram negligenciadas. Se os sinais de alerta retrocedem, os pais voltam ao nível de atenção aberta.

Caso se torne claro que o filho está envolvido em atividades que podem gerar sofrimento, os pais passam ao nível de proteção ativa, isto é, tomam atitudes para reduzir os riscos sem demora. O CV se transforma gradualmente em autocuidado (Omer, 2004, 2011, 2017).